

## Da crítica ao politicismo à determinação ontonegativa da politicidade: a análise do caso brasileiro

From the critique of politicism to the politicity ontonegative determination: the analysis of the Brazilian case

Ester Vaisman\*

Vânia Noeli Ferreira de Assunção\*\*

**Resumo:** Este artigo tem por propósito expor as análises realizadas pelo filósofo J. Chasin em relação ao tema da política no âmbito da formação social brasileira, cuja determinação central, nos seus termos, é ter-se constituído pela via colonial. Intentamos, inicialmente, mostrar a interrelação entre as pesquisas chasinianas sobre o pensamento de K. Marx especialmente a crítica à política (consustanciada na expressão determinação ontonegativa da politicidade), e suas descobertas sobre a sociabilidade nacional. No interior dessa relação de potencialização recíproca, destacamos o debate chasiniano sobre o politicismo, modo de proceder típico da burguesia atrófica brasileira, para o qual esta conseguiu arrastar, em momentos decisivos, muitos agrupamentos e individualidades que se arvoram de esquerda.

**Palavras-chave:** Politicidade; via colonial de objetivação do capitalismo; J. Chasin; politicismo.

**Abstract:** The purpose of this article is to expose the analyzes carried out by the philosopher J. Chasin about the theme of politics in the context of the Brazilian social formation, whose central determination, in his terms, is to have been constituted through the colonial way. Initially, we intend to show the interrelationship between Chasin's research on K. Marx's thought, especially the critique of politics (consubstantiated in the expression ontonegative determination of politicity), and his findings on national sociability. Within this relationship of reciprocal potentialization, we highlight Chasin's debate on politics, a typical way of proceeding of the Brazilian atrophic bourgeoisie, to which it managed to drag, in decisive moments, many groupings and individuals that claimed to be on the left.

**Keywords:** politicity; colonial way of capitalism objectifying; J. Chasin; politics.

Em 2022 completaram-se 85 anos do nascimento do filósofo paulistano J. Chasin (1937-1998), autor de uma produção intelectual marcada pelo rigor em diversos territórios de pesquisa. Nosso objetivo neste texto será restrito à recomposição do tratamento chasiniano acerca do complexo da politicidade na via colonial, cujo traço mais significativo é o politicismo.

---

\* Professora Titular aposentada do Departamento de Filosofia da UFMG e coeditora da *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*. E-mail: evaisman@fafich.ufmg.br.

\*\* Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF – Rio das Ostras) e coeditora da *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*. E-mail: vanianoeli@uol.com.br.

As atenções de Chasin sempre estiveram voltadas, desde a época de estudante no curso de filosofia da FFLCH-USP, à busca da decifração e caracterização da formação social brasileira. Não por acaso, ainda estudante, vinculou-se à Editora Brasiliense (e à *Revista Brasiliense*, que circulou de 1955 a 1964, em que teve a oportunidade de escrever artigos relevantes<sup>1</sup>), dirigida por Elias Chaves Neto e Caio Prado Júnior.

O tema da política, por sua vez, esteve presente no pensamento chasiniano desde cedo, aparecendo já nos seus primeiros textos, e continuou sendo tematizado em todos os seus trabalhos escritos para debater a formação social brasileira. Parte significativa destes voltava-se à análise de conjunturas específicas, não raro, processos eleitorais marcantes no interior de modificações econômico-sociais mais ou menos amplas, que incluíam por vezes comentários sobre os postulantes aos cargos e sobre os partidos em pugna. É possível, assim, reconstruir parte da história brasileira do século XX a partir das análises chasinianas, pelo recorte da temática política – ressaltando-se a não autonomização deste campo da sociabilidade, que ele sempre apanhava a partir da esfera da produção da vida e da totalidade social.

Não há espaço aqui, entretanto, para tal reconstrução, por mais que ela seja importante – e necessária. Nosso objetivo será mais restrito, já que buscaremos tratar da questão política na via colonial sob o seu mais significativo traço, o politicismo. Acerca dele Chasin se delongou fartamente nos seus textos sobre o Brasil, a partir das conquistas teóricas efetivadas nas pesquisas sobre o pensamento marxiano, e pensando-o sobre o fundamento da ontonegatividade da política e da inerência do politicismo à lógica do capital sobretudo no seu feitio contemporâneo. Nos textos aqui trabalhados, ele se esforçou por deslindar a forma específica pela qual o politicismo se incorporou à sociabilidade nacional, já que é elemento constitutivo central da forma de ser da burguesia atrofada e, ainda, porque esta conseguiu enredar no politicismo também os representantes político-ideológicos da classe representante da lógica do trabalho.

Consideramos, porém, fundamental começar demonstrando a citada interdeterminação entre as pesquisas chasinianas acerca do pensamento de Marx e

---

<sup>1</sup> Publicados no apenso arqueológico de *A miséria brasileira*, são eles: Jânio, do parto à sepultura; Algumas considerações a respeito do movimento estudantil brasileiro; Luta ideológica – objetivo central do movimento estudantil; e Contribuição para a análise da vanguarda política no campo. Cf. CHASIN, J. *A miséria brasileira 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

suas análises sobre a politicidade na sociabilidade brasileira. Iniciaremos, portanto, a partir dessa discussão.

## I – Da redescoberta de Marx à determinação da via colonial: a ontonegatividade da política e seu corolário, o politicismo

Já em sua tese de doutorado (defendida em 1977), intitulada *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*<sup>2</sup>, Chasin não apenas se debruçou sobre o conjunto da obra do líder integralista, mas procurou, do mesmo modo, explicar a gênese e a função social da ideologia em foco<sup>3</sup>, por meio do delineamento das características fundamentais da formação social brasileira, notadamente aquela que dizia respeito às demandas, condições e perspectivas de determinados agentes sociais à época da eclosão do movimento. Ciente de que sua tese seria envolvida por densa polêmica, procurou, como lhe era característico, examinar todos os artigos, livros, discursos e palestras de Plínio Salgado, por meio da análise imanente, evidenciando, assim, rigorosamente suas características peculiares e apontando as diferenças com o discurso nazifascista surgido na Europa no mesmo período<sup>4</sup>.

Na apresentação desse livro sobre Plínio Salgado, o autor revelava que o debate ali efetuado não dizia respeito apenas ao seu objeto imediato, o ideário do líder integralista. De fato, esclarecia,

o propósito de bem examinar um objeto específico acabou remetendo, com naturalidade e sem alternativa, ao todo da questão brasileira, e não há porque, esgrimindo com falsas humildades, encobrir com tela de malha negra o fato de que este trabalho, acima talvez de tudo, nos seus eventuais acertos e enganos, cria um problema para a reflexão

---

<sup>2</sup> Publicada como livro menos de um ano depois. Cf. CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Lech, 1978. (As citações aqui feitas serão a partir da segunda edição: São Paulo: Ad Hominem, 1999.)

<sup>3</sup> No livro *A destruição da razão*, logo nas páginas introdutórias, Lukács argumenta em torno da necessidade do tripé metodológico para a devida análise do fenômeno ideológico. Cf. LUKÁCS, G. *A destruição da razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020, pp-11-12. No livro citado de Chasin, a referência a tal dispositivo metodológico, proposto pelo filósofo húngaro, encontra-se nos seguintes termos “Numa formulação sintética, pode-se dizer que Lukács oferece-nos o conjunto de sua concepção metodológica ao estabelecer que a abordagem de um fenômeno ideológico implica a determinação de sua *gênese* e de sua *função social*. Porém, isto não basta, há que necessariamente acrescentar àqueles dois pontos a *crítica imanente*, ‘um fator legítimo e até mesmo indispensável na exposição e no desmascaramento das tendências...’” CHASIN, *O integralismo...*, *op. cit.*, p. 59.

<sup>4</sup> Sendo impossível, no presente artigo, resgatar a pleora de questões que Chasin tentou solucionar nesse campo, restringimo-nos aos traços mais gerais de seu contributo para o desvendamento do caráter do desenvolvimento capitalista em nosso país, identificando-o como uma objetivação particular – a via colonial –, bem como as razões que tornaram possível a disseminação, nesse contexto, de posições politicistas.

do caso brasileiro<sup>5</sup>.

Chasin expunha, desta forma, ter se visto em face do imperativo de analisar a própria formação social brasileira, no mister de entender o pensamento integralista pliniano por meio da análise imanente e, ao mesmo tempo, indicar sua gênese e função sociais. É forçoso reconhecer, no entanto, que o empenho em deslindar o discurso integralista somente foi passível de ser realizado a partir da articulação de duas frentes de pesquisa, uma das quais incluía – como é fácil constatar nas páginas do referido livro – estudos minuciosos da obra de Marx e de Lukács.

Por via de consequência, o que pode ser verificado, tomando-se como base os textos de Chasin a partir dos anos 1970, é a *potencialização recíproca* de dois âmbitos da pesquisa que ele passou a levar a cabo de modo consistente: de um lado, a aproximação rigorosa da realidade brasileira – em um primeiro momento, a partir dos desafios postos pela investigação da ideologia integralista, na figura de seu líder, e mais adiante sobre a controvertida atuação das oposições ao regime ditatorial – e, de outro, a lida incansável junto à obra de Marx. Assim, pode-se afirmar que a labuta direta com problemas que se colocavam na ordem do dia, ao longo dos anos 1970 e 1980, propiciou ao filósofo paulistano o impulso necessário para pensar a linha de atuação da oposição à autocracia bonapartista em vigor (isso após ter se debruçado sobre o fenômeno integralista), bem como, em função dos resultados obtidos, alargar o seu campo de visão a respeito da gravidade e disseminação de posturas politicistas.

Desse modo, as pesquisas teóricas realizadas, em especial sobre o pensamento marxiano, propiciaram uma série aquisições que vieram a assumir em sua pena desdobramentos originais. Como veremos a seguir, tais desdobramentos lançaram uma nova luz sobre questões vitais, tanto no campo do marxismo quanto na apreciação da realidade brasileira. Ademais, é mérito de Chasin a ampliação de certos princípios ontometodológicos que revalorizam a pesquisa textual, ao conceder ao texto dimensões que haviam sido obnubiladas por aquilo que ele mesmo denominou de “hermenêuticas da imputação”<sup>6</sup>. Longe de aderir às correntes em voga no mundo acadêmico (e mesmo fora dele) que identificam “leitura” a “interpretação”, entendida pura e simplesmente como “atribuição de sentido pelo pesquisador/intérprete”, de forma a conceber como equivalentes as diferentes “operações hermenêuticas”, Chasin

---

<sup>5</sup> CHASIN, *O integralismo...*, *op. cit.*, pp. 29-30.

<sup>6</sup> Cf. CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 25.

denunciou o afastamento do problema da verdade do âmbito investigativo, “seja como questão sem solução, seja como falso problema”<sup>7</sup>.

Desse modo, a partir das conquistas teóricas aludidas acima, torna-se plausível afirmar que Chasin elaborou contribuição decisiva para aquilo que Lukács denominou, com muita acuidade de “renascimento do marxismo”. Entretanto, ao citarmos o filósofo húngaro, valendo-nos de uma expressão muito utilizada em sua obra postumamente publicada, não significa que haja uma identificação plena entre o projeto lukácsiano, consignado em seus escritos tardios, e aquele ao qual Chasin se dedicou. Ao contrário, diferentemente da posição de Lukács, que afirmava a existência de uma ontologia no pensamento de Marx, o filósofo paulistano, no intento de agarrar o cerne de sua herança teórico-prática, sustentava existir em Marx um “estatuto ontológico”, ao invés de uma ontologia no sentido tradicional do termo. Ou seja, ao afirmar a existência de um estatuto ontológico, Chasin formulou a sua própria visão desse intrincado complexo. De forma direta, como convém às vezes, pode-se dizer que

estatuto é a ordem do reconhecimento ou reprodução teórica da realidade, natureza e constituição das coisas *por si*, por seus complexos categoriais mais gerais e decisivos, independentemente, em qualquer plano, de se tornarem objeto da prática e da reflexão<sup>8</sup>.

Desse modo, reconhecer a importância da questão ontológica em Marx, de acordo com Chasin, não significa a afirmação da existência de “um sistema de verdades absolutas e abstratas, mas antes de tudo [um *estatuto teórico*, cuja fisionomia é traçada por um feixe de lineamentos categoriais, enquanto formas de existência do ser social”<sup>9</sup>. Por essa razão, mesmo reconhecendo os méritos de Lukács, sobretudo tendo em vista os descaminhos do marxismo, o autor em tela não pôde aderir totalmente à obra do filósofo húngaro publicada postumamente, por mais que haja um certo número de afinidades e influências recebidas<sup>10</sup>.

Depois desse necessário volteio, em que foi caracterizado sinteticamente o modo como Chasin faceu a questão ontológica em Marx, torna-se mais fácil compreender a relação entre a crítica ao politicismo realizada pelo filósofo paulistano, desde a década de 1970 até o momento de seu falecimento, e a concepção ontonegativa da politicidade estampada, sobretudo, mas não só, no livro *Marx*:

---

<sup>7</sup> VAISMAN, E.; ALVES, A. J. L. Apresentação. In: CHASIN, *Marx: estatuto ontológico...*, *op. cit.*, p. 7.

<sup>8</sup> *Ib.*, p. 9.

<sup>9</sup> *Ib.*, p. 10.

<sup>10</sup> As diferenças entre a abordagem lukácsiana e a de Chasin não poderão ser abordadas nos limites do presente artigo, ficando para outra oportunidade sua devida análise.

estatuto ontológico e resolução metodológica. Ou, em termos sintéticos: Chasin percorreu rigorosamente, no livro ora referido, o “caminho analítico da politicidade”, no qual “é exercitado o posicionamento ontológico frente à questão do estatuto da política”<sup>11</sup>.

Passemos à determinação do politicismo pela explanação de seus caracteres mais significativos, pelo apontamento de sua origem e de sua finalidade na via colonial, tal como expressos nas análises chasinianas. Como exposto no artigo A “politicização” da totalidade<sup>12</sup>, *politicizar* é entender o complexo de complexos que é a sociabilidade pelo âmbito exclusivo do político, desconsiderando as inter-relações e interdeterminações (e seus pesos específicos) presentes na totalidade do real. Analisar o real sob a distorcida lente do politicismo implica visualizar, analisar e abordar praticamente o todo contraditório, articulado e complexo que conforma a sociabilidade pelo viés de uma das esferas desta, a política<sup>13</sup>.

O procedimento politicista se inicia pelo seccionamento entre política e economia, ou seja, pelo desacoplamento de campos do real inseparáveis e conexos. Como se fora pouca coisa, após isolar as esferas da política e da economia, ainda transforma esta última num epifenômeno ou numa derivação da primeira, cujas determinações estariam restritas ao universo das regras institucionais – que, ademais, é supervalorizado. Com isto (como Chasin acrescentou no texto *¿Hasta cuando?*, de 1982<sup>14</sup>), o politicismo nega o caráter fundante, ontologicamente matrizador, do econômico, esfera ineliminável, prioritária e determinante da sociabilidade, derribando as pilastras do metabolismo social. Em suma, o politicismo é um entendimento (e também uma prática) que “desmancha o complexo de especificidades, de que se faz e refaz permanentemente o todo social, e dilui cada uma das ‘partes’ (diversas do político) em pseudopolítica”<sup>15</sup>. De maneira que ignora – e despreza – a especificidade dos demais elementos que compõem o real e hiperacentua apenas um deles, o político.

---

<sup>11</sup> VAISMAN; ALVES, Apresentação, *op. cit.* p. 18.

<sup>12</sup> CHASIN, J. A “politicização” da totalidade: oposição e discurso econômico. In: \_\_\_\_\_. *A miséria brasileira, op. cit.*, pp. 7-36. Este texto, de 1977, é marcante na trajetória chasiniana, inaugurando um debate que se manterá vivo (e em constante aprimoramento) durante toda a sua vida teórica.

<sup>13</sup> Há, ademais, as versões mais vulgarizadas do politicismo, que estreitam ainda mais os horizontes ao se limitarem ao aspecto político-institucional, o que leva ao extremo a banalização de tais procedimentos equívocos.

<sup>14</sup> CHASIN, J. *¿Hasta cuando?* A propósito das eleições de novembro. In: \_\_\_\_\_. *A miséria brasileira, op. cit.*, pp. 121-42. Escrito originalmente como editorial para a *Revista Nova Escrita Ensaio*, n. 10, trata-se de outro texto marcante no tratamento do tema que aqui nos ocupa.

<sup>15</sup> *Ib.*, p. 123.

Frise-se enfaticamente que politicizar é algo bastante diverso da ponderação acerca da inerência da política às grandes questões sociais no âmbito das sociedades classistas, dado que são *questões públicas*. Não se trata, portanto, de situar o debate no campo da *res publica*, mas de reduzir as questões sociais à política, que assim substitui a totalidade (sobrepondo-se inclusive à esfera que determina a própria política). Também se distingue do *politizar*, ato que subentende partir do todo e analisar vieses, posições e propostas a partir de uma visão global e que respeite a anatomia da sociedade civil. Na direção oposta, o politicismo despolitiza, “na exata medida em que desliga o político da raiz que o engendra e reproduz; numa palavra, na exata medida em que o desqualifica enquanto político real, enquanto *dimensão de um todo*, que só pelo todo possui especificidade, e do qual não faz sentido dizer que guarda autonomia”<sup>16</sup>. A afirmação de que a autonomia é apenas *relativa* não diminui a falta de sentido da segmentação dos dois campos, a não ser que queira tão somente anotar a *não-mecanicidade* da relação, ou seja, “sua determinação enquanto vínculo essencial, irremovível sob pena de desfiguração, que se objetiva num andamento constituinte profusamente mediado”<sup>17</sup>.

Trata-se, operando uma comparação mais adequada, como fez Chasin no texto escrito a propósito das eleições de 1982, mais propriamente de um fenômeno semelhante ao economicismo<sup>18</sup>, que simplifica e reduz inapropriadamente as relações de determinação entre as esferas da atuação humana e por isso não chega a compreender nem mesmo o campo que é formalmente estufado. Uma análise politicista desentende a globalidade da realidade humana, incluindo aí a própria política, pois esta, artificialmente inflada e arbitrariamente privilegiada, é tomada numa dimensão e importância que não tem no plano real. Este fica, por sua vez, esvaziado, desenraizado e sem concretude, transformado numa “calda indiferenciada” que é dada e tomada como a política, mas que é a própria negação desta, por ser uma hipertrofia do político. Por tudo isso Chasin qualificava o politicismo como uma *falsificação teórica e prática*, de vez que,

convertendo a totalidade estruturada e ordenada do real – complexo repleto de mediações – num bloco de matéria homogênea, além da falsificação intelectual praticada, o *politicismo* configura para a prática um objeto irreal, pois este resulta de bárbara amputação do ente concreto, que sofre a perda de suas dimensões sociais, ideológicas e

---

<sup>16</sup> CHASIN, A “politicização” da totalidade, *op. cit.*, pp. 8-9.

<sup>17</sup> *Ib.*

<sup>18</sup> CHASIN, ¿Hasta cuando?, *op. cit.*, p. 123.

especialmente de suas relações e fundamentos econômicos<sup>19</sup>.

Uma política arrimada no politicismo tem como decorrência a perda de potência e eficácia da atuação política, campo tomado como autônomo, donde, perde sustentação real, cede ao voluntarismo e se condena à impotência. A autonomização e hiperacentuação do político levam, por conseguinte, ao esfacelamento de sua concretude e, pois, de sua força e capacidade de atuação, já que a ação é levada a cabo numa realidade que, falsificada pelo politicismo, não é efetiva, não considera as propriedades objetivas do objeto sobre o qual incorrem os atos.

Chasin chamava a atenção para a *gênese liberal* deste procedimento desde 1977. No artigo A “politicização” da totalidade: oposição e discurso econômico o autor criticou a oposição ao regime bonapartista então vigente no país pelo fato de estar subsumida à perspectiva governista e atuar de forma politicista, enquanto o sistema sabia muito bem resguardar de críticas teóricas e práticas sua espinha dorsal, a economia, sendo vitorioso em situar o debate exclusivamente no âmbito político-jurídico. Trata-se de um texto marcante na trajetória chasiniana, inaugurando um debate que se manterá vivo (e em constante aprimoramento) durante toda a sua vida teórica.

Outro texto crucial para entender a questão do politicismo é *¿Hasta cuando?*, escrito em 1982, em que Chasin retomou e desdobrou a análise do politicismo, salientando sua raiz liberal e, mais importante, mostrando que a burguesia brasileira é intrinsecamente politicista. Ele acrescentava então que o liberalismo atribui a economia à esfera da vida privada, tida como o ambiente dos interesses egoístas desbragados e conflituosos; o politicismo, exacerbando tal princípio, vincula a política, dilatada de maneira formal e artificial, ao universo da *coisa pública*, aquele dos debates e decisões relativas a toda a sociedade, do bem viver coletivo, da resolução dos conflitos. Onde, a hipervalorização do político e o relativo ou completo desprezo pelo econômico, ou pelo menos sua naturalização. Colado à realidade, demonstrou como esta burguesia procedeu no trânsito do bonapartismo à autorreforma do início dos anos 1980, comparando-o ao processo semelhante ocorrido em 1946. Sua análise concluiu que o politicismo teve importante papel para tornar a transição dos anos 1980 uma autorreforma segura para o sistema, configurando-se num momento histórico mais estreito se comparado às possibilidades de meados dos anos 1940.

---

<sup>19</sup> *Id.*

Este artigo é bastante significativo para o tratamento do tema: o filósofo em pauta pareceu ter entendido como definitiva sua forma de exposição, de vez que o citava textualmente em vários artigos sobre o Brasil escritos posteriormente, sempre que achava necessário retomar o assunto.

Importante anotar que em 1984 Chasin publicou outro texto, intitulado Democracia política e emancipação humana, que dialogava diretamente com sua discussão sobre o Brasil<sup>20</sup>, ao tempo que expunha suas conquistas teóricas no tocante ao que chamava, então, de “definição negativa da política”. Assim, neste artigo já resta demonstrado o amplo saldo resultante das pesquisas que ele iniciara ainda no autoexílio em Moçambique<sup>21</sup> sobre o pensamento marxiano, do aprofundamento dos estudos sobre ontologia e do papel que a política ocupa no interior da sociabilidade. Bem assim, o texto era uma herança direta das análises concretas da década de 1970 sobre o regime bonapartista no Brasil e suas oposições.

Na Nota do editor publicada na *Revista Ensaio* n° 14, de 1985, intitulada A esquerda e a nova república<sup>22</sup>, Chasin tratou novamente do politicismo e das (im)possibilidades democráticas no país, e aqui ele avança na determinação da incompletude de classe do capital, comparando-se as categorias sociais forjadas no Brasil com aquelas dos países clássicos e de via prussiana. Outra novidade importante do artigo é a determinação da atrofia do capital brasileiro, que ele mencionara (com esses termos) apenas de passagem no texto anterior; aqui ele a abraçava plenamente, como elemento importante da argumentação, para não mais abandoná-la. Voltava, ainda, à crítica dura do politicismo, aditando-lhe as do participacionismo (degeneração da participação) e do distributivismo, postura que ignorava a determinação do âmbito da produção sobre as demais esferas da economia e pleiteava soluções atinentes à circulação e ao consumo. Para isso, mais uma vez amparou-se em escritos de Marx, notadamente nos *Grundrisse*.<sup>23</sup>

Nesse passo, já é possível indicar o caminho percorrido por Chasin em seus

---

<sup>20</sup> O texto, escrito para apresentação no I Encontro Nacional de Filosofia da Anpof, inicia-se inclusive com a frase “Nada mais audível, no atual panorama brasileiro, do que o coro formado pela democracia”. Cf. CHASIN, J. *Revista Ensaio Ad Hominem*, n. 1 t. III: A determinação ontonegativa da politicidade. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, pp. 91-100.

<sup>21</sup> Para mais informações sobre a vida de Chasin, cf. a Biografia publicada na nova edição de *O futuro ausente*.

<sup>22</sup> CHASIN, J. A esquerda e a Nova República. In: \_\_\_\_\_. *A miséria brasileira, op. cit.*, pp. 151-64.

<sup>23</sup> Trata-se do escrito pertencente à Introdução dos Manuscritos de 1857-58, intitulado Produção, consumo, distribuição, troca (circulação). MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. pp. 30-44.

aspectos iniciais, ou seja, em um primeiro momento, amparado sobre as formulações de Marx a respeito dos vínculos entre o modo de produzir a vida e os âmbitos político-jurídicos e ideológicos, apresentados e configurados em vários momentos da obra do filósofo alemão, o autor em tela, sem cair em formulações deterministas ou mecanicistas, explorou analiticamente, em vários de seus artigos, as posturas politicistas de agentes sociais diversos. Em síntese, a partir de acontecimentos privilegiados que pontuaram a realidade nacional, isto é, manifestações concretas do fenômeno politicista, nosso teórico denunciou a ausência de proposições (sobretudo da oposição ao regime bonapartista) que levassem em consideração o peso fundamental do âmbito da produção da vida material na emergência e na respectiva solução de problemas atinentes ao complexo humano-societário como um todo.

Já em um segundo momento em que, como dissemos, Chasin aprofundou seus estudos dos escritos de Marx, ele passou a identificar o estatuto teórico-prático no qual o pensamento marxiano deita suas raízes. Por essa via, o filósofo paulistano revelou que a politicidade nunca foi tratada de forma autônoma por Marx, ou seja, ela era examinada sempre no interior do processo de elucidação das formas de sociabilidade, isto é, a partir da determinação dada pela organização da interatividade humana nos contornos de modos opositivos de sociedade, da qual a política é a forma de expressão. Assim, a politicidade não se constituiu como tema autônomo e, muito menos, o problema principal. O interesse de Marx sempre foi, pelo menos a partir de meados de 1843, o desvendamento da anatomia da sociedade civil, o qual, todavia, foi e tem sido mal compreendido e entendido simplesmente como economicismo.

Em outros termos ainda, Marx se orientou sempre pela busca do esclarecimento dos processos constitutivos da mundanidade humana. De sua parte, desde o momento em que constatou que a pedra de toque da reflexão marxiana diz respeito à problemática da autoconstrução humana, tanto no que se refere à individualidade quanto à concretização do mundo histórico-social, Chasin passou a extrair e configurar o que denominou de *determinação ontonegativa da politicidade*. Esta se apresenta como uma das descobertas filosóficas mais importantes e originais do projeto de retorno a Marx proposto por Chasin, tal como entendida a partir dessa trilha de investigação.

Entre as questões cujas devidas respostas só poderiam ser encontradas por meio do estudo da obra marxiana estão: os motivos e as explicações para os dilemas e entraves que marcaram o cotidiano daqueles anos; as marchas e contramarchas das

tendências em pugna; os desfechos relativos à transição “pelo alto”; os processos eleitorais em curso; as políticas econômicas defendidas e adotadas, exitosas ou não; e, sobretudo, os entraves e controvérsias para uma efetiva presença das massas trabalhadoras no cenário político-social, bem como as farsas e tragédias que envolvem tal conjunto problemático.

O fato é que o amparo que nosso autor encontrou na obra de Marx não significou um refúgio cômodo de ordem acadêmica entre os livros da biblioteca, nem muito menos um dar de costas ao que fervilhava na realidade do dia a dia, muito ao contrário. Impulsionado pelos dilemas que pontuaram o fim do século passado, tanto no Brasil quanto mundo afora, dedicou-se a *redescobrir Marx*, cujo legado passava por péssimos momentos, em decorrência do predomínio do viés gnosiológico e/ou politicista na análise dos escritos do filósofo alemão ou, no pior dos casos, de sua degradação pelo marxismo vulgar.

Em síntese, a devida compreensão dos eventos que marcaram a cena brasileira e mundial das décadas finais do século XX demandou a leitura e trabalho direto junto aos textos de Marx, a partir dos quais surgiram descobertas fundamentais, entre elas, o caráter da politicidade e, principalmente, do reconhecimento da existência na obra de Marx de um estatuto de ordem ontológica. Portanto, esse caminho até Marx conheceu mão dupla, pois é inegável que, no mister de descortinar o devido esclarecimento dos acontecimentos do dia, tendo como base o pensamento de Marx, Chasin acabou por descobrir nos escritos do filósofo alemão aspectos que até então não haviam sido propriamente esclarecidos por seus intérpretes.

O primeiro passo que ensejou tais descobertas se deu quando Chasin e seus orientandos e colaboradores se debruçaram sobre os artigos da *Gazeta Renana*, a tese doutoral marxiana e, principalmente os manuscritos de Kreuznach. Nesses últimos, ao empreender o desvendamento crítico dos pressupostos teóricos do sistema hegeliano, Marx se deparou com o lócus propício para o desenvolvimento de sua investigação: a sociedade civil, ou seja, a sociabilidade, o âmbito onde se desenrola a produção da vida efetiva. Ademais, a partir dessa descoberta, Marx pôde compreender o motivo que levou a posição especulativa a uma inversão das determinabilidades. Portanto, a partir desse momento, a sociabilidade passou a ser reconhecida como fundamento do ser dos homens, e a politicidade, momento acessório e incidental do processo de autoconstrução humana, tanto no polo do gênero quanto no do indivíduo.

*A concepção ontonegativa da politicidade* refere-se ao fato de que esta deixa

de ser concebida como fundamento responsável pela articulação e organização da sociabilidade, pressuposto básico da determinação *ontopositiva*, que compreende a politicidade na condição de possibilidade da própria existência social, ou seja, sem a armação política seria, de acordo com essa abordagem, impraticável vicejar a vida social, ao passo que na primeira essa condição é preenchida pelo “modo de cooperação”<sup>24</sup>, como base insuprimível das formas específicas de sociabilidade. Na sociabilidade do capital, por exemplo, que se caracteriza pela excludência e indiferença recíproca entre os indivíduos, o âmbito da politicidade surge como sucedâneo da natureza genérica própria ao ser social, visto se encontrar cindida e estranhada, em decorrência do modo estranhado como se realiza a própria interatividade.

Não é o caso, contudo, de retomarmos aqui todos os momentos em que a problemática em tela transparece nos textos chasinianos. No atual número da revista *Verinotio* há vários artigos que tomam a questão como tema e reconstituem os traços fundamentais da contribuição deixada por ele. No presente caso, restringimo-nos a sublinhar que a identificação da concepção ontonegativa da politicidade nunca foi o ponto de partida, um *parti pris*, que teria enformado a sua visão nas primeiras análises sobre o politicismo, mas sim um *resultado*, uma *conquista* passível de ser constatada a partir da análise da sequência dos seus escritos ao longo dos anos.

Assim, a título de exemplificação dos passos trilhados pelo autor, nas tentativas de aproximação teórica do problema, podem ser citadas as seguintes expressões cunhadas por ele: “definição negativa da política”, “concepção negativa da politicidade” e, finalmente, “determinação ontonegativa da politicidade”. Evidentemente, não se trata de mera variação denominativa, mas de expressões que refletem aquisições teóricas gradativas que foram formuladas a partir da constatação do caráter negativo das tarefas e procedimentos políticos constitutivos de uma autêntica perspectiva de esquerda<sup>25</sup>, até à compreensão efetiva da sua natureza ontonegativa, ou seja, à compreensão que “a política não é um atributo necessário do ser social, mas contingente no seu processo de autoidentificação”<sup>26</sup>.

A configuração mais acabada desse percurso se encontra no livro já citado *Marx*:

---

<sup>24</sup> CHASIN, J. Abertura – Ad hominem: rota e prospectiva de um projeto marxista. *Revista Ensaios Ad Hominem*, n. 1, t. I – Marxismo. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999, p. 58.

<sup>25</sup> A análise de Marx sobre a Comuna de Paris (incluídos os materiais preparatórios) foi de fundamental importância para a esclarecimento do sentido das tais “tarefas negativas”. Cf. MARX, K. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

<sup>26</sup> CHASIN, J. Abertura: Ad hominem – rota e prospectiva de um projeto marxista, *op. cit* p. 28.

estatuto ontológico e resolução metodológica. Chasin, contrariando a tese consagrada do “tríplice amálgama”, modo que se tornou usual, entre os intérpretes de Marx, para explicar as origens do seu pensamento, afirmava que a instauração do pensamento marxiano se deu a partir da crítica ontológica dos três eventos teóricos da máxima importância em seu tempo. Não por acaso a primeira crítica se voltou “sobre a matéria política”, o que permitiu “a conquista precoce de uma dimensão fundamental ao pensamento marxiano”<sup>27</sup>. Segundo Chasin ainda,

tratando-se de uma configuração de natureza ontológica, o propósito dessa teoria é identificar o caráter da política, esclarecer sua origem e configurar sua peculiaridade na constelação dos predicados do *ser social*. Donde, é ontonegativa precisamente porque exclui o atributo da política da essência do ser social, só o admitindo como extrínseco e contingente ao mesmo, isto é, na condição de historicamente circunstancial<sup>28</sup>.

O tratamento ontológico da questão permitiu ao autor assentar as bases teóricas necessárias para legitimar a postura crítica que desenvolvia com desvelo desde a década de 1970, quando constatou a inépcia da oposição – tanto a consentida quanto a clandestina – ao bonapartismo vigente no país, em grande medida, derivada da ótica politicista adotada. Tal posição se deu em detrimento das questões que afetavam a cotidianidade, sobretudo da classe trabalhadora, cujas necessidades básicas eram reprimidas pelo arrocho salarial, sem mencionar, é óbvio, as medidas repressivas sobre a organização sindical e partidária. Os artigos Conquistar a democracia pela base<sup>29</sup> e As máquinas param, germina a democracia!<sup>30</sup> (1980), são testemunhos eloquentes da dedicação do autor às questões que estavam presentes na ordem do dia, nas quais o politicismo era a moeda de troca.

Se é, portanto, correto afirmar que o politicismo nunca deixou de ser um dos alvos prediletos da crítica chasiniana, sobretudo no contexto das análises voltadas à realidade brasileira, também é verdade que a sua abordagem ganhou uma nova dimensão e profundidade no momento em que a busca se voltou à decifração do *status* que a categoria da politicidade possui frente à própria categoria da sociabilidade e, sobretudo, quando sua atenção se dirigiu para a dimensão ontoprática da mundanidade humana. Em outros termos, com a publicação do *Estatuto* se chega à

---

<sup>27</sup> CHASIN, *Marx: estatuto ontológico*, *op. cit.*, p. 63.

<sup>28</sup> *Ib.*

<sup>29</sup> CHASIN, J. Conquistar a democracia pela base. In: \_\_\_\_\_. *A miséria brasileira*, *op. cit.*, pp. 59-78.

<sup>30</sup> CHASIN, J. As máquinas param, germina a democracia! In: \_\_\_\_\_. *A miséria brasileira*, *op. cit.*, pp. 79-108.

explicitação do arrimo categorial que sustenta o pensamento marxiano, no qual a categoria da politicidade emerge como atributo contingente e não necessário, e de forma ainda mais ressaltada quando o foco da análise passa a ser a problemática crucial da emancipação humana.

Já nesse estágio do desenvolvimento intelectual do autor o tema do politicismo apareceu com destaque, inclusive em subtítulos, também no texto que escrevia quando faleceu repentinamente (*Ad hominem: rota e prospectiva de um projeto marxista*, de 1999), artigo denso e que trata de diversos aspectos da realidade internacional e nacional, bem como de sua reflexão. Sobre todo o seu percurso anterior de pesquisas, Chasin apontava aqui os fundamentos do politicismo e seu distanciamento, por exemplo, em relação ao estatuto ontológico marxiano. Afirmava que o politicismo é uma reação ao economicismo, que critica o mecanicismo deste sem, no entanto, partir de uma adequada tematização da sociabilidade e de seus processos. Jogando fora o bebê junto com a água suja do banho, rejeita com o economicismo a primordialidade exercida pela esfera produtiva, qual seja, aquela responsável pela produção material dos meios necessários à existência humana, e reduz o campo econômico a um “fator” cuja determinação é mais ou menos imponderável. Daí que a prioridade ontológica e o caráter matrizador da sociabilidade sejam atribuídos à política, promovendo-se um desnaturamento ontológico da atividade humana vital. Neste artigo, vemos claramente como o movimento de retroalimentação possibilita a Chasin fazer a crítica ao politicismo valendo-se do modo marxiano de proceder na sua analítica. Pôde, dessa maneira, explicitar de forma mais bem acabada e com determinações mais precisas – embora o texto não tenha recebido a sua sempre cuidadosa redação final, que o habilitaria à publicação – os equívocos que já apontava no politicismo desde os primórdios dos seus escritos, agora cotejando-os com os procedimentos marxianos. Veja-se, a título de exemplo, o seguinte excerto:

O politicismo transgride os lineamentos ontológicos marxianos em dois pontos fundamentais: 1) reduz o complexo fundante a fator, empobrece e estreita sua manifestação, irradiação e responsabilidade pelo conjunto da formação; 2) desordena a lógica determinativa, não mais se tem a linha consistente de determinação, as relações determinativas passam a ser voláteis, arbitrárias ou fortuitas, tendendo sempre a predominar, em última análise, a determinação da política como determinação decisiva.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> *ib.*, pp. 38-9.

Neste seu último texto Chasin também retornou ao tema da história do politicismo, apontando seu atrelamento ao nascimento da política na pré-história da humanidade, quer dizer, naquela parte de sua história em que esta se viu às voltas com questões relativas à sobrevivência, aos problemas materiais; a propriedade privada e as desigualdades sociais daí advindas fraturam irremediavelmente a sociedade, impedindo que se dedique autonomamente à resolução dos seus próprios problemas. Esta sociabilidade cindida e imperfeita está, na prática, impedida de se autodeterminar, surgindo daí o estado e a política como forças sociais usurpadas e voltadas contra a própria sociedade. O politicismo germina diretamente da prática do político e de sua “pretensão ilusória de autodeterminação como necessidade decorrente da sociabilidade imperfeita, substância ainda não realizada enquanto tal, ou seja, ainda incapaz de autonomia como complexo estruturado”, do fato, em suma, de que a política é a “autodeterminação na forma da alienação”<sup>32</sup>. O entendimento político toma a sociabilidade como uma mera forma de organização, como algo insubstancial, contrapondo direta e dicotomicamente indivíduo e sociedade, como se fossem distintos e por vezes excludentes, quando, na verdade, são duas faces do mesmo ser social.

Neste texto nosso teórico expõe explicitamente a intrinsecidade do politicismo à ordem do capital, que toma sua base econômica como natural, imutável, algo como um cenário pronto e acabado sobre o qual se daria a atividade humana. Os seres humanos seriam ativos efetivamente apenas no tocante à ordem política, esta sim vista como crucial, responsável por conformar a coexistência e realizar a justiça, direcionando ou corrigindo o campo econômico a partir da negociação e correlação de forças. Trata-se, por via de consequência, de componente essencial da lógica do capital.

Se o politicismo é inerente ao capital, é preciso chamar a atenção para o fato de que alcançou o auge no século XX, alavancado por diversos processos. Seu impulsionamento se deu após a maturação dos resultados da Revolução de 1917, que acabou ocorrendo inobstante a inexistência de condições objetivas e cuja vitória se acreditou que poderia advir da atuação persistente dos valorosos militantes. Emergiu, pois, em grande medida, devido à inviabilidade das transições intentadas no Leste europeu, e nesse mister foi inicialmente empenhado em nome de Marx. Em seguida,

---

<sup>32</sup> *Ib.*, p. 38.

voltou-se contra o próprio Marx, dados os descaminhos que levaram à falsidade da construção soviética, ou seja, a partir da criação de uma sociabilidade sob a regência de um capital coletivo/não-social no Leste Europeu, na qual o mais-valor era extraído politicamente, e a classe trabalhadora, explorada em seu próprio nome. Dessa forma, a usina do falso se ampliou do Ocidente ao Oriente, a fim de sustentar, por exemplo, o stalinismo, a ideologia da falência do socialismo<sup>33</sup>. Assim, afirmava Chasin, o politicismo foi crescendo até que submeteu todos os personagens políticos atuantes teórica ou praticamente naquele momento. Tornava-se, então, importante descobrir suas categorias e variantes específicas, bem como a sua gênese, as condições históricas de que emanava, que pareciam dar razão ao capital e favoreciam a “fantasia conformista que se impôs no presente”<sup>34</sup>.

Por fim, frise-se que não há, por parte do autor, uma ênfase demasiada sobre um traço – o politicismo – tomado isoladamente ou qualquer espécie de abordagem reducionista. Como veremos mais à frente, a prática politicista é identificada como tal a partir dos quadros concretos, no interior dos quais ela se manifesta e, na sequência, devidamente compreendida com apoio nos elementos constitutivos das demandas e perspectivas de classe que as norteiam, cuja explicitação ocorre diante de impasses de toda ordem postos pela realidade. Longe de se constituir numa análise abstrata que opera a partir de “tipos” previamente estabelecidos em um gradiente qualquer, Chasin se valeu de referenciais concretos, buscando alcançar o caráter objetivo do fenômeno e, desse modo, reproduzi-lo sob a forma de conceito, rejeitando captá-lo acriticamente apenas como um fenômeno político, o que significaria autonomizá-lo e, portanto, privá-lo de explicação. Em suma, embora o objeto de análise seja o politicismo, isso não significa que ele deveria ser abordado ao modo politicista.

Seguindo as pegadas de Marx, Chasin se recusava a utilizar sistemas de classificação *a priori*, pois tal emprego seria, na melhor das hipóteses, um arrolamento de características comuns a vários tipos de prática, e não a *distinção concreta* existente entre elas. Nesse sentido é que buscamos fazer, nas próximas linhas, da forma mais profunda possível nos limites de um artigo desse porte, a reconstrução dos escritos chasinianos, de modo a esclarecer devidamente o procedimento adotado por ele,

---

<sup>33</sup> Cf. CHASIN, J. Excertos sobre revolução, individuação e emancipação humana. *Verinotio – Revista online de Filosofia e Ciências Humanas*, v. 23 n. 1, 2017. Disponível em: <<https://verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/301>>, acessado em 15 dez. 2022.

<sup>34</sup> CHASIN, Ad Hominem: rota e prospectiva, *op. cit.*, pp. 38-9.

sempre com o intuito de demonstrar como a categoria da politicidade esteve presente nas suas análises sobre a realidade brasileira.

## II - Incompletude de classes e politicismo na via colonial de objetivação do capitalismo

Chasin chamou o caminho particular de objetivação do capitalismo percorrido pelo Brasil de *via colonial*. Nos seus aspectos mais gerais, tratou-se da instituição da economia e da sociedade burguesas na ausência de um processo revolucionário. Marcada pela grande propriedade rural, de origem colonial, efetivou um processo de industrialização hipertardio, subordinado aos interesses hegemônicos das burguesias dos países centrais, que teve no estado um esteio fundamental e que nunca se completou totalmente, conformando um capital *atrófico*, incompleto e incompletável. Sem revolução burguesa, consubstanciou-se uma dissociação entre evolução nacional e progresso social, de forma que a sociedade se modernizou sem que sua classe dominante desempenhasse o papel de representante universal dos interesses. Tal “modernização” se deu por meio de reformas instituídas pelo alto e pela conseqüente exclusão das classes sociais subordinadas. Voltada integralmente à satisfação dos próprios interesses mesquinhos, subserviente aos interesses externos, a burguesia dominou as classes subordinadas selvagem ou autocraticamente, conforme os riscos existentes nas circunstâncias dadas, e tratou de excluí-las dos processos sociais significativos, sejam eles econômicos, sociais, políticos ou culturais. Daí a importância do debate em torno do tema da democracia.

Uma análise concreta da história brasileira patenteia que sua burguesia dominante sempre demonstrou ojeriza pela democracia. E, ressalte-se, não se tratava de mera escolha: sendo geneticamente incapaz de constituir um capitalismo autônomo, despojada de condições de realizar um projeto para o país, e acovardada diante de demandas populares, punha-se desde logo contra os interesses das massas, dentre os quais despontava a reordenação da produção em direção ao atendimento de suas necessidades, isto é, o fim da política econômica baseada na superexploração do trabalho e a inclusão das massas no mercado de consumo de bens populares.

É, portanto, a realidade efetiva de uma dominação material limitada, subordinada, determinada desde o exterior, incompleta e incompletável, que explica a baixa intensidade do impulso democrático das frações burguesas de via colonial e sua alta aderência às formas de dominação autocráticas. Da exclusão econômico-social se conduz à exclusão da política, pelo monopólio do poder, por um cabo de alta tensão.

Impedida de romper os fios da sua subserviência ao(s) capital(is) externos, a burguesia autóctone era obrigada a governar autocraticamente, em permanente conflito aberto com as classes sociais abaixo dela, ao tempo que de boa vontade conciliava ou mesmo se subordinava com os vetores sociais iguais ou superiores a ela própria. De tal forma que, se se leva em conta que estado de direito e democracia não são idênticos, a democracia é notável no Brasil *pela sua ausência*, mesmo nos limites liberais, durante a quase totalidade de sua história. Uma contradição nos termos durante o período monárquico-escravagista; uma “real ditadura das oligarquias rurais”<sup>35</sup>, ocultada sob a fachada liberal-democrática da “política dos governadores”, nos primeiros 40 anos da república; natimorta em face da ascensão do bonapartismo de Vargas ainda nos anos 1930; acochada, ao fim do Estado Novo, por um militar na presidência que reprimiu fortemente a sociedade em geral e os comunistas em particular, no espírito da guerra fria; bastante incipiente, frágil, assustadiça e fugaz no curto período entre o segundo governo Vargas e o golpe de 1964. Período curtíssimo e instável que viu vários de seus presidentes passarem por suicídio, tentativas de golpe e contragolpes, renúncia, golpes brancos e, finalmente, destituição à força, com a imersão do país na longa noite bonapartista de 1964.

Incompatibilizada com a democracia liberal, à qual de resto não tinha nenhum apreço, restou à burguesia íncola impor sua dominação de forma autocrática, que quando muito consegue dar ares civilizatórios a seu conservantismo, de forma que exerceu seu domínio apelando ao bonapartismo ou, no máximo, à institucionalização de sua dominação autocrática, negação da própria democracia<sup>36</sup>. Dito de outra forma: a soberania do capital atrofico oscila pendularmente entre o bonapartismo – a “truculência de classe manifesta”, claramente violenta, expressão armada do politicismo, forma de dominação de que a burguesia se vale “em tempos de guerra” – e a “imposição de classe velada ou semivelada”, quer dizer, a autocracia institucionalizada, expressão jurídica do politicismo, forma de dominação possível “em tempos de paz”). Ambos, bonapartismo e autocracia institucionalizada, eram “formas (no plural) de poder político de uma mesma forma de capital, de um mesmo modo de ser capitalista, que o politicismo sintetiza” e sua alternância era a outra face da

---

<sup>35</sup> CHASIN, Conquistar a democracia pela base, *op. cit.*, p. 60.

<sup>36</sup> CHASIN, J. A esquerda e a Nova República. In: \_\_\_\_\_. *A miséria brasileira*, *op. cit.*, p. 153; \_\_\_\_\_. ¿Hasta cuando?, *op. cit.*, p. 132.

sucessão contínua de momentos de paz e de guerra na luta de classes<sup>37</sup>.

As classes dominantes brasileiras, sufocadas pelos estreitos espaços de atuação possibilitados pela via colonial, encontraram uma forma de se manter em segurança diante de críticas e pressões transformadoras: o *politicismo*. Em seu recurso a este, os representantes do conservantismo civilizado promoviam a dissociação entre *estrutura econômico-social* e *instituição política*; daí, invertendo a determinação real, atribuíam a esta última a sobredeterminação em relação à primeira e, levando o procedimento ao extremo, resumiam a totalidade da existência social ao político, que também era o parâmetro.

O politicismo ingênito – manifestação, no plano político, de sua incompletude geral de classe – da burguesia brasileira era devido à sua irrealização econômica, de vez que não foi capaz de realizar integralmente suas tarefas históricas, nem mesmo as econômicas. Assim, Chasin trazia à tona a determinação material do caráter politicista e politicizante da burguesia brasileira, deixando claro que não se tratava de uma questão moral ou mesmo de uma escolha racional. Era sua forma de ser e ir sendo no processo de objetivação pela via colonial, no qual ela própria foi se constituindo enquanto classe, nos embates internos com outras frações dominantes e com as classes dominadas e na articulação subordinada com os capitais estrangeiros. Estas as raízes histórico-estruturais que a enformam e enquadram suas possibilidades e delimitam seus horizontes.

De fato, desde os primeiros discursos dos presidentes-ditadores, aventava-se a possibilidade de *aprimoramentos, institucionalizações e aberturas* no campo político – reservado ao governo o apanágio de decidir quando e com que modelagem, evidentemente. Nenhum debate do tipo ocorreu no tocante ao tema econômico, problemática básica da chamada *questão nacional*. Assim, mesmo quando se discutiu – com maior ou menor ênfase e amplitude – a possibilidade de novos arranjos políticos, “a questão econômica ficou *resguardada*, inatingível e preservada no perfil que o poder lhe conferiu. Foi a vitória maior, compreensivelmente a mais acarinhada, do situacionismo. Foi a derrota maior da oposição, sintomaticamente a que menos a sensibilizou.”<sup>38</sup>

Limitadas suas possibilidades históricas, impossibilitada de atuar

---

<sup>37</sup> *Ib.*, pp. 127-8.

<sup>38</sup> *Ib.*

revolucionariamente, a burguesia brasileira encontrou no politicismo uma alternativa e uma proteção. De fato, no contexto do qual foi produto, o politicismo tinha o papel de resguardar antecipadamente o estreito campo de atuação seguro para a burguesia, demarcando as perspectivas tacanhas no interior das quais as disputas poderiam se dar – primordialmente, o campo político – e, ainda, a esfera na qual estas não seriam nunca aceitas: a econômica, justamente aquela que poderia provocar mudanças mais substanciais e ameaçar sua dominação. Mas, lembre-se, se os debates no âmbito político apareciam como alternativa às transformações de porte estrutural, as formas de dominação não poderiam ser escolhidas a bel-prazer pelas classes soberanas: já vimos que da estreiteza econômica advém uma estreiteza política.

Em suma, recorrer ao politicismo era manter resguardada a questão central para a dominação burguesa, qual seja, a econômica, cujo debate enquanto assunto público era denegado. Era, pois, proteger preventivamente as acanhadas possibilidades econômicas e políticas dos proprietários: dado que “efetivamente subtrai o questionamento e a contestação à sua fórmula econômica e aparentemente expõe o político a debate e a ‘aperfeiçoamento’”, “atua como freio antecipado, que busca desarmar previamente qualquer tentativa de rompimento deste espaço estrangulado e amesquinhado”<sup>39</sup>. Frise-se: o politicismo era mais que um recurso ideológico, era uma consequência necessária da dominação de classe da burguesia cujo horizonte máximo é o liberalismo conservador expressado no conservantismo civilizado. Tanto este quanto o *bonapartismo* com que se revezava eram formas diferentes do mesmo poder autocrático, os quais tinham o politicismo como essência.

Debatendo com os que preconizavam a democracia como um valor universal, Chasin se contrapunha a esta noção geral que, ainda que verdadeira, não só não captava a possibilidade efetiva da democracia e sua forma particular em cada formação social como deixava intocada, pela generalidade, a questão de como resolver o grave problema concreto de saber quais são os agentes, fatores e situações que impulsionam a democracia em cada realidade específica, que poderiam ser diferentes daqueles dos países clássicos, bem como quem são seus inimigos. De acordo com o filósofo paulistano, nos países de via colonial, estava cada vez mais evidenciado que “até mesmo os mais formais dos valores da democracia política são devidos fundamentalmente, quando em forma minimamente real e estável, à perspectiva e à

---

<sup>39</sup> *ib.*

ação do trabalho”<sup>40</sup>. Sem a resposta a tais indagações, “corre-se o risco de reduzir a luta pela democracia, pelo recurso sempre arbitrário da dilatação das ‘autonomias relativas’, a um pobre ato de vontade, e a resvalar do pretendido caráter estratégico para uma estiolada taticidade politicista”<sup>41</sup>.

Vejamos as consequências para a classe representante da perspectiva do trabalho. Um capital incompleto e incompletável e uma burguesia que não realiza suas tarefas são determinantes para a conformação dos trabalhadores e da sua representação teórico-político-ideológica, isto é, a esquerda, que se vê diante de desafios ainda maiores. De fato, em países como França e Inglaterra, a burguesia esteve à testa de uma revolução que varreu o “historicamente velho” e instituiu um novo sistema social à sua imagem e semelhança, formado pela economia capitalista e pela sociedade burguesa. As massas participaram ativamente de tal processo revolucionário, de maneira que puderam introduzir algumas de suas demandas específicas, acolhidas pela burguesia em ascensão no rol dos interesses universais. Quando o avanço das lutas de classes opôs visceralmente as duas principais categorias representantes do novo sistema e a burguesia renegou as revoluções, a classe trabalhadora emergiu social e política, prática e teoricamente, em solo já revolucionado. Quer dizer, a burguesia havia cumprido suas tarefas históricas, que na ocasião tinham caráter progressista, e foi neste mundo já revolucionado que a perspectiva do trabalho se emancipou e contra o qual passou a pelejar. Dito em poucas palavras, nos países clássicos os agentes e representantes da perspectiva do trabalho entabularam uma crítica prática e teórica do mundo constituído a partir da atuação dos proprietários, e “a revolução do trabalho nasce como o melhor dos produtos da revolução do capital. Os trabalhadores retomam e elevam as bandeiras decaídas das mãos dos proprietários”, sua própria obra “começa por onde aquela termina”<sup>42</sup>.

Já os países de via colonial desconheceraam processos revolucionários e, portanto, “a crítica prática e teórica dos trabalhadores (...) não principiou por onde os proprietários haviam concluído”, porque “não podiam terminar nunca”<sup>43</sup>. Isso significa que as tarefas da classe trabalhadora são muito mais complexas e abrangentes, porque, nesse cenário, o que foi outrora revolucionário aparece como ainda

---

<sup>40</sup> CHASIN, As máquinas param..., *op. cit.*, p. 104.

<sup>41</sup> *Ib.*

<sup>42</sup> CHASIN, A esquerda e a Nova República, *op. cit.*, p. 158.

<sup>43</sup> *Ib.*, p. 159.

revolucionário, mas na verdade já foi ultrapassado historicamente e não pode ser repetido nos mesmos moldes, de forma que os problemas exigem soluções novas e inovadoras. A incompletude do capital atrofico reflete-se, assim, na própria constituição, na configuração e nas possibilidades que se apresentam aos trabalhadores, cujos limites e possibilidades são historicamente determinados (nunca mecanicamente, enfatize-se). Da mesma maneira, é exigido dos representantes da perspectiva do trabalho ainda mais capacidade de criticar (teórica e praticamente) o mundo existente, dada a sua não contemporaneidade

Desnorteada diante de tal cenário, a esquerda tradicional brasileira pôs-se num dilema falacioso: ou seria preciso – e possível! – que ela completasse as tarefas burguesas históricas, por meio da realização, ainda que tardia, de uma revolução democrático-burguesa; ou ela deveria se dedicar à realização da própria revolução proletária, que, no entanto, era então apenas uma possibilidade abstrata num país atrasado e subalterno e, sobretudo, desprovido de movimentos impulsionados para essa direção. No primeiro caso, desentendeu seu tempo, seu lócus social e seu papel histórico e, seduzida pelo canto do cisne de um “sistema capitalista internacional formado pela justaposição de parcelas similares”, passou a pleitear um projeto de capitalismo nacional que “supunha, em última análise, a reprodução do padrão integral do capital desenvolvido, autonomizado pela ruptura com o capital metropolitano, de modo que seria alcançado o traçado clássico do sistema do capital, abstraídas distinções quantitativas”<sup>44</sup>.

Em poucas palavras, a esquerda se dividia entre o falso dilema de ou completar as tarefas burguesas, que não eram e jamais poderiam ser as da perspectiva do trabalho, ou integralizar as tarefas próprias dos trabalhadores, a revolução socialista, para a qual faltavam as condições tanto subjetivas quanto objetivas – e neste debate gastou grande parte de sua capacidade teórica. Cindida em torno dessas possibilidades inalcançáveis e sem atinar para as características da realidade nacional, a esquerda, em todas as suas correntes políticas, jamais se interrogou sobre a questão decisiva das condições de possibilidade da democracia no país. Mas a situação piorava, porque, ao longo do tempo, a quimera da revolução socialista transformou-se em mera declaração voluntarista-humanista-fraternal, ao tempo que a intenção de

---

<sup>44</sup> CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. In: \_\_\_\_\_. *A miséria brasileira, op. cit.*, p. 214-5.

efetivar uma revolução democrático-burguesa se rebaixou cada vez mais até se tornar apenas reboquismo servil da burguesia supostamente nacional. Desta forma, a esquerda foi encapsulada pelo politicismo e subsumida teórica e ideologicamente, cortejando os ideários neoliberais internacionais e pautando-se pelas análises e pelas propostas do conservantismo civilizado.

De fato, segundo Chasin, desde o golpe de 1964 – portanto, depois dos debates sobre os caminhos da formação nacional realizados no início daquela década –, a oposição entendeu a totalidade do real de forma *politicizadora*, reduzindo a esta instância todas as demais e propondo discussões apenas de acordo com tal reducionismo. Com isso, demonstrava que as concepções que embasavam os seus diagnósticos e direcionam a sua prática estavam sendo pautadas pela perspectiva do sistema. Esta atinava muito bem para as diferenças entre o discurso econômico e o discurso político, e por isso abraçava a tática de propor, de forma despolitizada, controlada e não ameaçadora, o debate público, a crítica e a busca de aperfeiçoamento ou reformulação sobre o âmbito político, ao tempo que remetia o econômico para o exílio das minúcias e tecnicismos dos iniciados – tudo isso enquanto punha em prática um projeto de caráter totalizante. Tratava-se, ressaltava Chasin, de uma das maiores e mais sutis vitórias do regime escolher o campo de debates, pois, “esquivando-se à controvérsia sobre a questão econômica, a situação torna vitoriosa a sua *política*, ao passo que a oposição, brandindo predominantemente o ‘político’, colhe a derrota em todas as ‘instâncias’”<sup>45</sup>. O filósofo paulistano aduzia que, para multiplicar os ciclos de seu circuito de segurança, o regime ainda podia recorrer a todo o *instrumental da excepcionalidade*, ou seja, ao bonapartismo explícito, com a sístole se sucedendo à diástole num ciclo infinito.

A situação das esquerdas no Brasil era, portanto, bastante crítica durante boa parte da vigência do bonapartismo – com exceções apenas a individualidades isoladas. Chasin reconhecia que, na longa trajetória, da esquerda no país, “à qual não se nega valor de resistência e até momentos de pesado sacrifício, mas essencialmente tecida de equívocos”, houve “mártires e sacrificados, ofendidos e humilhados”, mas salientava a necessidade de ultrapassar a mitificação e, sem negar sua abnegação e dedicação, mostrar que foram verdadeiros “heróis no equívoco e vítimas de todas as regressões”,

---

<sup>45</sup> CHASIN, A “politicização” da totalidade, *op. cit.*, pp. 7-8.

aos quais a maior e mais digna homenagem “é a coragem de recomeçar”<sup>46</sup>.

Obviamente, tal esquerda reboquista, etapista, determinista e estatista não ficou isenta a muitas – e, em certa medida, corretas – críticas. Foi como oposição a ela, que contribuiu para a desorientação dos trabalhadores no enfrentamento ao golpe e à ditadura que este inaugurou, que no final dos anos 1970 surgiu uma “nova esquerda”, assumidamente não marxista, produto das greves operárias do ABC paulista. Entretanto, aquilo que poderia ser um renascimento da esquerda terminou atestando a sua morte. Vejamos como isto se deu.

Antes de o dito “milagre” ter se inviabilizado consigo mesmo, durante todo o intervalo entre 1968 e 1973, as diversas frações das classes dominantes, tanto as nacionais quanto as estrangeiras, dedicaram-se a cuidar dos negócios, tiveram lucros exorbitantes e em momento nenhum expuseram críticas ao bonapartismo vigente, pelo contrário, julgavam que a gestão bonapartista do estado era natural e necessária ao país naquele momento. Assim, no auge do período repressivo, as classes dominantes avaliavam apenas o quanto o regime ditatorial lhes prestava bons serviços. Afinal, os generais e a tecnocracia apareciam como entidades neutras, acima das classes e suas contradições, quando, na verdade, impunham pela repressão um sistema altamente danoso para a economia nacional e para os trabalhadores em particular.

Extinto o curto pavio do ciclo econômico alcunhado de “milagre”, ao tempo que se buscava criar um novo período de crescimento, apelou-se a uma unificação das classes e frações de classes por meio da declaração de sacralidade do novíssimo mandamento: “aperfeiçoai as instituições!”, e aqui cumpriu papel primordial e inovador o recurso ao ingente e muito útil politicismo. Assim, em consonância com seus propósitos alegados desde o início, a ditadura julgou conveniente trocar politicamente de pele, “encaminhar o desenho de *outra forma* de sustentar a *mesma dominação*”, efetivando uma passagem politicista do bonapartismo à autocracia institucionalizada<sup>47</sup>.

Em suma, enquanto, sob os mais diversos argumentos, o que era essencial na política econômica sempre foi tido e afirmado como *hermeticamente fechado*, as classes dominantes declaradamente afirmaram a abertura do regime político-institucional para “aperfeiçoamento”. Em face dos maus augúrios para os seus ganhos, decorrentes do fim de um ciclo e da angústia pela inexistência de um novo, frações

---

<sup>46</sup> CHASIN, ¿Hasta cuando?, *op. cit.*, p. 132; A esquerda e a Nova República, *op. cit.*, p. 160.

<sup>47</sup> CHASIN, ¿Hasta cuando?, *op. cit.*, p. 127.

burguesas passaram a fazer críticas ao sistema e a buscar saídas para a crise. O descontentamento, então, foi escorregando aos poucos dos centros de poder e se esparramou pela imprensa e pelas ruas, tingindo diversas categorias com o roxo vibrante do seu meio-luto.

Foi então que, por entre as fissuras no apoio ao sistema, imiscuíram-se os movimentos dos trabalhadores – categoria social essencial para a conquista da democracia no país<sup>48</sup>. A reaparição dos trabalhadores em pleno palco central dos acontecimentos, após um longo período de repressão e recuo, aportava perspectivas efetivas de mudanças substanciais. Afinal, se era impossível a construção democrática pela atuação das categorias sociais que personificavam o capital atrofado, não o era pela movimentação das que encarnavam a perspectiva do trabalho, que, diferentemente das primeiras, tinham a potencialidade universal de integralização. Dito de modo mais sintético, a *irresolubilidade crônica do capital atrofado deixaria entreabertas possibilidades de transformação levadas a cabo pela lógica do trabalho*.

As manifestações operárias foram ganhando densidade e volume, a ponto de ameaçarem o processo de transição tal como pensado pelo sistema. De forma espontânea (embora não espontaneísta), as massas trabalhadoras introduziram seus argumentos concretos no debate sobre a democracia que então se realizava e, com isso, ameaçaram sua direção, ao negar o *politicismo* e abrir caminho para uma verdadeira nova *política*, centrada no historicamente *novo*. Para as massas trabalhadoras, romper com o politicismo era, além de uma possibilidade concreta, um interesse vital.

Assim, muito além da questão numérica, a ação dos trabalhadores apresentava (mesmo se consideradas suas limitações e oscilações) uma acentuada mudança qualitativa no tocante à luta contra o bonapartismo e pela conquista da democracia: a instituição de um verdadeiro *movimento democrático de massas*, o qual trazia “consigo uma dimensão decisiva, historicamente *nova*: atua diretamente sobre a organização material de toda a estrutura social”<sup>49</sup>. Os trabalhadores em movimento não descuravam da conquista das liberdades políticas, mesmo as mais simples, porém estavam conscientes, primeiro, de que estas só seriam levadas efetivamente a cabo a partir da

---

<sup>48</sup> Não temos, neste texto, a intenção de reproduzir a análise de Chasin sobre as greves de 1978-80, senão de apenas anotar o que é essencial para o entendimento do tema recortado, a politicidade. Remetemos os interessados aos textos do próprio autor, especialmente: CHASIN, As máquinas param..., *op. cit.*, pp. 79-108.

<sup>49</sup> CHASIN, As máquinas param..., *op. cit.*, p. 98.

sua própria atuação<sup>50</sup>; segundo, que “têm de estar articuladas a matrizes mais substantivas: em primeiro lugar, às condições de salário e trabalho sob as quais cada trabalhador e os trabalhadores em seu conjunto, na imediaticidade, são compelidos a produzir e reproduzir sua existência material”<sup>51</sup>. Naquele período, as massas trabalhadoras estiveram na vanguarda em relação a suas agremiações partidárias, esquerda tradicional incluída.

As massas não poderiam, contudo, contar apenas com as próprias forças, pois, de moto próprio, “não têm como determinar os processos e conferir, ao conjunto do movimento, a direção implícita aos conteúdos que desenvolvem espontaneamente em certas iniciativas”<sup>52</sup>. Se o movimento concreto das massas trabalhadoras ameaçava quebrar o espinhaço da ditadura, dificultando sua mobilidade e sua própria existência, era necessário ir além e elaborar um programa econômico da sua perspectiva. Dada a incompatibilidade entre um regime com base no arrocho salarial e uma democracia, mesmo a mais formal e estreita, cabia calçar a luta pela democracia com a elaboração e efetivação de um programa econômico orientado à eliminação pela raiz do arrocho – portanto, dedicado a destruir as bases da superexploração do trabalho atual e futura –, tarefa que seria da esquerda, representante teórica da perspectiva do trabalho. A necessidade de um programa econômico da perspectiva das maiorias estava dada e era explicitada pela reemergência das lutas dos trabalhadores, centrada nos operários, de forma que desconsiderar tal questão naquele momento equivalia a não alimentar o movimento dos trabalhadores com a seiva que lhe era vital e, com isso, deixar fenecer por inanição o processo de conquista da democracia. Trespasada pela visceral luta contra o arrocho, de caráter universal em solo nacional, a plataforma econômica alternativa contemplaria também outras demandas universalizantes, como a anistia, a convocação de uma Assembleia Constituinte e demais prerrogativas democráticas – mas, agora, demonstrado o terreno social no qual estão radicadas<sup>53</sup>. As pretensões democráticas dos trabalhadores abarcariam democracia econômica, social, cultural – ou seja, a *totalidade concreta* da existência da sociedade<sup>54</sup>.

A história, porém, foi outra. Por um lado, vendo a possibilidade de ser posto em xeque, o bonapartismo, mesmo combatido pela falência do “milagre”, resistiu e

---

<sup>50</sup> *Ib.*, p. 105.

<sup>51</sup> CHASIN, ¿Hasta cuando?, *op. cit.*, p. 132.

<sup>52</sup> *Ib.*, p. 125.

<sup>53</sup> CHASIN, As máquinas param..., *op. cit.*, p. 106.

<sup>54</sup> CHASIN, Conquistar a democracia pela base, *op. cit.*, p. 77.

defendeu com garras e presas sua política econômica, tomando diversas medidas que deixavam límpidos os motivos pelos quais se dispunha a despir as fantasias distensionistas e trajar novamente o fardão e o coturno habituais. Chasin apontava que as prédicas pelo “aperfeiçoamento democrático” e a repressão concretamente executada eram duas ações complementares da mudança de regime sem alteração da política econômica, de forma a ensejar um novo ciclo de acumulação sobre as mesmas bases.

Por outro lado, às manifestações das massas, de conteúdo essencialmente econômico e de caráter totalizante, não foi agregado um programa econômico feito da perspectiva dos trabalhadores, pelo contrário, até mesmo a necessidade deste foi afastada pela “nova esquerda”. As lutas dos trabalhadores foram entravadas, de forma covarde e oportunista, em nome do abrandamento das tensões e, depois de domesticadas e desfibradas, as movimentações foram redirecionadas para a campanha eleitoral de 1982. Em seguida, as enormes manifestações, que ilustravam os anseios populares por mudanças, foram dirigidas ao campo institucional pela campanha pelas eleições presidenciais diretas, logo solucionada pelo alto (via Colégio Eleitoral). A esquerda foi, desta forma, incapaz de congrega a faceta político-parlamentar e a potência político-social daquelas mobilizações, quer dizer, não conseguiu fecundar com os interesses sociais e econômicos das massas os processos político-institucionais necessários para gênese e a consolidação de uma verdadeira democracia.

Assim, a “nova esquerda” também sucumbiu ao politicismo, desvirtuando e desviando os conflitos sociais para o espaço seguro para o sistema, o político, quando as lutas sociais deveriam determinar a ação parlamentar, conferindo-lhe conteúdo e direção. Pega pela arapuca politicista, agindo – voluntariamente ou não – em adequação aos interesses do sistema, concordando com o perfil que lhe foi dado pela ditadura em processo de autorreforma, sua atuação era mais maléfica que benéfica para o movimento de massas, o qual confundia, desarmava e desmobilizava<sup>55</sup>. Tornou-se, assim, agente ou cúmplice da perda da oportunidade histórica de ruptura com as mazelas da via colonial e do seu politicismo subjacente. A esquerda se valeu, então, das massas para a prática de uma “oposição pelo alto”.

Chasin mostrava as semelhanças que havia entre a esquerda tradicional e a chamada “nova esquerda”, mesmo sendo esta uma crítica da primeira. Tais

---

<sup>55</sup> CHASIN, ¿Hasta cuando?, *op. cit.*, p. 134.

semelhanças se deviam ao fato de terem no liberalismo uma ascendência comum, além de dividirem a crença na possibilidade de arrematar o mal-ajambrado capitalismo atrófico. A esquerda tradicional era caudatária porque se batia pela completude do capital incompleto e incompletável; a “nova esquerda” era participacionista porque propugnava a efetivação da soberania política clássica impossível no Brasil, empenhava-se por uma democracia liberal ininstaurável<sup>56</sup>. O *participacionismo* era a marca distintiva da nova esquerda, como o *reboquismo* caracterizara a esquerda tradicional.

O sorvedouro politicista e voluntarista em que foi absorvida enredava a oposição numa contradição: inobstante suas alardeadas intenções democráticas, a equação econômica intocada e silenciada as impediam; e toda real efetivação democrática recusaria a linha econômica existente (repetindo, aliás, de forma particular, uma contradição inerente ao próprio capitalismo). As massas estavam em busca de mudanças efetivas nas suas condições de vida (no sentido mais amplo), algo que não era possível oferecer num processo de solução pelo alto e, por via de consequência, a eficácia da “pregação institucionalizadora” politicista da oposição à ditadura em autorreforma teria vida curta<sup>57</sup>.

Sumarizando, durante todo o processo de autorreforma do bonapartismo, o sistema contou com a atuação decisiva das oposições na condução de uma “transição lerda, longa e limitada” para um regime autocrático institucionalizado. Todo este percurso foi marcado pela inversão que substituiu – e rebaixou – a perspectiva material dos trabalhadores pela perspectiva formal das oposições. Tal processo resultou na manipulação das consciências e no trânsito para outra forma do mesmo governo do capital (atrófico). Segundo Chasin, havia aí um enfraquecimento, uma subsunção das oposições ao sistema e das massas às oposições, de caráter fundamentalmente ideológico, mas que acabava tendo repercussões políticas. Daí que o sistema tenha tido sucesso em manter os processos sob controle e estar um passo à frente das oposições. Em 1982 Chasin cravava que as oposições também tinham no politicismo a “faixa de segurança onde se movem em terreno próprio”<sup>58</sup>.

No seu texto de 1989, Chasin explicitou outro equívoco fundamental da “nova esquerda” nas movimentações grevistas de final dos anos 1970: ela a criticava por

---

<sup>56</sup> Cf. CHASIN, A esquerda e a Nova República, *op. cit.*, pp. 161-2.

<sup>57</sup> Cf. *ib.*, p. 154.

<sup>58</sup> CHASIN, ¿Hasta cuando?, *op. cit.*, p. 125.

confundir *movimento sindical* com *movimento operário*, olvidando a diferença entre as legítimas e necessárias lutas corporativas de setores profissionais e as movimentações de classe com vistas à profunda transformação da sociabilidade. Desta forma, o que fez o Partido dos Trabalhadores, o mais lúcido representante da “nova esquerda”, sob o pretexto de atender às necessidades políticas do movimento dos trabalhadores, foi *politicizar* a prática sindical, deixando de aditar à sua lógica a *política que supera a política*, e assim permanecendo no interior do *entendimento político*. Com isso, acabou tomando o movimento operário simplesmente como “o movimento sindical operando politicamente, mas sem a mediação das determinações sociais”. Sob a condução da “nova esquerda”, o movimento operário foi levado a atuar não partindo da contradição essencial entre as classes tal como dadas na sociabilidade capitalista, mas da noção de agente sindical transposta para o mundo da política. Desta forma, se aquele denso movimento sindical que deu origem ao PT conseguiu trazer à tona as lutas econômicas de setores importantes da classe trabalhadora, esta legenda, deles originada, não alcançou repor na ordem do dia a perspectiva legitimamente de esquerda<sup>59</sup>. Tal procedimento se coaduna com suas prédicas e atuação em prol da *democracia participativa*, no qual “a democracia se revela como *participacionismo negociador*”<sup>60</sup>, e sua posição de sigla situada *na esquerda do capital*.

Chasin também se destacava por não incorrer em simplismos nem em demagogias condescendentes com relação aos vetores sociais subordinados. Afinal, na tarefa de apropriar-se do real, não cabe edulcorá-la, relativizando debilidades, minimizando equívocos, desprezando, enfim, as determinações que delimitam o quadro de possibilidades objetivas. Nesse sentido, ele deixava claro o que deveria ser uma obviedade, mas acaba chocando muita gente: a classe trabalhadora não escapou incólume das condições históricas condicionadoras do capital atrofico, bastante menos generosas que as existentes em solo clássico. Assim, se desde os anos 1980 ele criticava os que acreditavam no espontaneísmo da classe trabalhadora, em 1989 ele censurava duramente aqueles que fizeram “uma antiga aposta – historicamente desmentida – no brotar espontâneo do propósito de transformação radical entre os trabalhadores”. Tal visão facilitava ao militantismo (muitas vezes, avesso à teoria) a “confortável sensação de partilhar da verdade, sempre e quando – e isto basta –

---

<sup>59</sup> CHASIN, A sucessão na crise..., *op. cit.*, p. 258.

<sup>60</sup> *Ib.*

houver perfilamento com a movimentação dos obreiros”<sup>61</sup>, de forma que simplesmente estar ao lado dos trabalhadores fosse plena garantia prévia de acerto e radicalidade revolucionária. À utopia espontaneísta é imanente uma visão mágica do trabalhador, tido e havido como repositório de todas as virtudes e toda a sabedoria.

Para o pensador, um verdadeiro partido do trabalho “não é o partido dos trabalhadores tomados estes no complexo imediato e negativo de sua ‘condição operária’”, pois que ele “não prefigura seus objetivos pela miséria material e espiritual dos trabalhadores em sua existência concreta de humanidade aviltada”<sup>62</sup>. Antes ao contrário: é a “afirmação universal do homem expressa na potência de uma nova ordenação da vida societária”, é o “instrumento de mediação política da atividade social conscientemente transformadora, que assume a potência regencial da lógica do trabalho e a este como protoforma de toda prática social”<sup>63</sup>.

Essa aguda criticidade chasiniana encontrou o ápice no seu texto inacabado *Ad Hominem*: rota e prospectiva de um projeto marxista, em que expôs de forma cabal uma crítica aos que essencializam ou mistificam o proletariado, quando em Marx a revolução não significa a invocação de uma categoria social específica, mas da própria perspectiva do trabalho (cujo representante mais avançado, na época do filósofo alemão, era o operariado industrial). Nesse verdadeiro culto, esquece-se da historicidade da classe social, e, atualmente, das mudanças substanciais trazidas pelas inovações tecnológicas. A figura do proletário, típica do período de Marx, desapareceu e, sobretudo, a perspectiva do trabalho foi derrotada ao longo do século XX, algo que exige ser dito e pensado. Ademais, a figura tradicional do trabalhador tem sido substituída pelo agente tecnológico de ponta, a classe trabalhadora premida pelo desemprego, em refluxo defensivo e desmoralizada societária, sindical e historicamente devido às práticas de cunho stalinista.

Segundo o raciocínio chasiniano, é necessário investigar o novo patamar de sociabilidade para identificar a(s) categoria(s) social(is) que encarne(m) de forma mais avançada a lógica onímoda do trabalho, bem como perscrutar sua possibilidade de efetivar a revolução social do futuro. Ademais, o século XX confundiu o meio com o objetivo, tomou a afirmação de uma classe social como o objetivo da revolução, e não como um instrumento desta, cujo escopo é uma sociedade sem classes, ou seja, a

---

<sup>61</sup> *Ib.*, p. 259.

<sup>62</sup> *Ib.*, pp. 259-60.

<sup>63</sup> *Ib.*, p. 259.

emancipação humana. A revolução social do futuro, possibilidade objetiva engendrada pela lógica onímoda do trabalho, é infinitamente mais importante que qualquer categoria social; longe de ser a (re)afirmação de uma classe, é afirmação universal do ser humano<sup>64</sup>.

No tocante ao tema da democracia no período seguinte à autorreforma da ditadura bonapartista, em 1989, Chasin reafirmava que a transição em direção a uma autocracia institucionalizada não mexera na estrutura econômico-produtiva da ditadura, da qual advinham terríveis problemas sociais, e por conseguinte também mantivera a autocracia enquanto sua forma de dominação fundamental, da qual não estava descartada a influência militar nem mesmo institucionalmente (veja-se a dubiedade do art. 142). Partira-se, como já mencionado, da noção de que apenas depois de garantidas as instituições formais é que se podia cuidar das questões cotidianas, relativas à sociedade e à economia, tendo como base o entendimento politicista militante que partia de e tinha como perspectiva a institucionalidade como expressão máxima das forças sociais, expressadas estas no conteúdo e na forma do direito e do estado.

Ora, tal entendimento já havia, naquela fase histórica, demonstrado sua falsidade, resultando na decepção das massas com a democracia. Para as classes dominantes, era, pois, forçoso persuadi-las da efetividade das promessas democráticas; os miseráveis foram, então, induzidos pelo apelo à demagogia e às técnicas da razão manipulatória que levaram um aventureiro travestido de demiurgo à presidência da república nas eleições de 1989. Não se tratava de um movimento surpreendente ou inédito, mas do mais “*autêntico movimento da dominação do capital atrófico*” que, “compelido pela sua lógica à integração subordinada, na malha econômica do capital superproduzido, tem literalmente que embair os excluídos”<sup>65</sup>. A presença constante de aventureiros na história política nacional era um dos sinais de que o sistema partidário estava em descompasso com as necessidades e anseios das maiorias, deixando aberto o campo à sua “bárbara exploração espiritual”, o que vinha se somar à repressão sempre à mão e aos inúmeros equívocos teóricos e práticos das oposições, problemas que subjazem aos equívocos das próprias massas desvalidas<sup>66</sup>. Chasin ia na direção inversa das análises feitas por politólogos e líderes partidários

---

<sup>64</sup> CHASIN, Ad Hominem: rota e prospectiva..., *op. cit.*, pp. 68 ss.

<sup>65</sup> CHASIN, A sucessão na crise..., *op. cit.*, p. 226.

<sup>66</sup> *Ib.*

que tomavam individualidades e situações como excepcionalidades, com o que buscavam fazer crer que a “verdadeira política” havia sido deturpada pelos oportunistas, ocultando a possibilidade de os representantes políticos “normais” poderem se tornar patológicos e o fato de que a política tem na desigualdade e no fato de ser administradora da dominação social seu pecado original.

Ao final da vida, mas sem que tenha tido oportunidade de desenvolver mais adequadamente a reflexão, o filósofo em pauta salientava que a globalização expusera mais explicitamente o papel ao estado, que agora era cada vez mais claramente agente do capital. Este, uma vez posto de forma incontrastada – desde o desaparecimento dos países pós-revolucionários do Leste europeu e congêneres –, tem dispensado a política, evidenciando-se o predomínio do âmbito da economia em relação a esta última, como demonstra o declínio dos estados nacionais ocorrido pelo menos parcialmente no período final do século XX. No interior desta, a própria via colonial – o caminho específico que o país seguiu para a instituição do capitalismo – encontrou seu fim, configurando-se num marco de uma nova era para o país, na qual as possibilidades futuras latejam, pejudicadas de contradições. Trata-se de um tema cuja pesquisa é urgente e que demanda esforços coletivos, para que escape às avaliações tópicas, subjetivistas ou conservadoras.

A propósito das eleições de 1989, Chasin analisava ainda uma vez as renitentes debilidades e equívocos da esquerda – análise que concluía dizendo que esta havia morrido. Retomou a discussão sobre as principais teorias que embasavam a atuação da esquerda no pós-ditadura, de forma mais detalhada e em profundidade, com especial atenção às teorias da sociologia e filosofia paulistas, por ele denominadas de *analítica paulista*<sup>67</sup>. Conforme nosso pensador, uma das conquistas marxianas

---

<sup>67</sup> Para ficarmos com um exemplo, citemos a crítica chasiniana a Fernando Henrique Cardoso, um dos grandes nomes dessa corrente, feita no texto *Rota e prospectiva*, de 1999. De acordo com nosso autor, FHC, em sua busca por descartar o reducionismo economicista, acabava incorrendo em um reducionismo inverso, de vez que – tratando os “planos” econômico e social como divorciados entre si, bem como vendo a economia e a política como “fatores” – elevava a política ao papel determinante. Dito de outro modo, FHC fazia a “separação de faces ontológicas indissociáveis”, o “que permite, operativamente, o encadeamento de uma ordenação aleatória ou de suficiente indeterminabilidade para que o político possa, na armação discursiva, aparecer como determinação de última instância, ou seja, decisiva em qualquer ordem explicativa, do que redundava o politicismo”. A dura e basililar crítica chasiniana dizia respeito, portanto, ao fato de Cardoso e cia. envidarem a separação entre a atividade sensível dos homens – o trabalho – e a atividade suprassensível, excessivamente ressaltada, resultando do processo uma desvinculação ontológica de fenômenos reais, uma desobjetivação, “uma reenfatização teórica da subjetividade e de um suposto caráter arbitrário ou aleatório da lógica dos processos reais”. Tratava-se, não menos que isso, do próprio caroço do politicismo, em torno do qual FHC desenvolvia sua teoria e sua prática política – no caso particular desta, o politicismo era limitado pela importância da correlação de forças para o sociólogo na presidência. Cf. CHASIN, *Ad Hominem: rota e prospectiva...*, *op. cit.*, p. 17.

liminarmente ignoradas pela analítica paulista foram as críticas ontológicas instauradoras de seu pensamento próprio, incluída a crítica da politicidade, o que levou os teóricos dessa linha a erigirem um *marxismo adstringido* que desconsiderava a questão da emancipação humana – cujo epicentro está na trama social. Por conseguinte, a analítica paulista também foi incapaz de compreender os limites da política e da emancipação advinda da revolução política, comparativamente à revolução *social* e à *emancipação humana* que ela inaugura. As consequências desse marxismo adstringido manifestam-se de forma mais evidente no tratamento do caso brasileiro, com suas tramas concretas e suas demandas práticas. Como tais teorias foram amplamente abraçadas por grandes parcelas que se pretendiam de esquerda, a resultante foi uma atuação canhestra e equivocada.

Para Chasin, só há prática política radical quando ela é *metapolítica*, ou seja, quando ela atua para desfazer o político, transformando a sociabilidade que está em sua base. A prática metapolítica é a única radical e com sentido no tempo atual, dado que apenas ela conseguiria efetivar uma prática política defensiva – possível diante dos desafios da conjuntura e da transição para a globalização – e, conjugadamente, franquear o caminho para uma revolução social, que tivesse como horizonte a propriedade e a produção sociais. O filósofo paulistano era bastante enfático: se na época de Marx a crítica prática e teórica da economia política havia sido a condição de possibilidade para uma nova cientificidade, na atualidade, toda análise rigorosa da sociabilidade exigia a reiteração da superação da política que o filósofo alemão já havia efetuado. Só a partir da superação da política se poderia pôr a questão imperativa da revolução social.

A crítica radical é idêntica, portanto, à *crítica da política*, a qual inclui, no Brasil, o governo, o poder político constituído, mas também as próprias oposições. Radical é a tomada de posição contra a política – a metapolítica – que destrói as ilusões nas soluções político-administrativas dos grandes dilemas sociais e que escapa à corrupção inerente à politicidade. Para tal, a esquerda deveria se tornar uma oposição proponente, perspectivando o futuro, que articulasse políticas defensivas com outras, mais globais, que as enformariam, todas devidamente orientadas por uma teoria correta e pela metapolítica. Esta radicalidade começa por fazer a crítica da esquerda nesse pouco mais de século e meio de sua existência e, no processo, repõe a questão

da revolução social<sup>68</sup>. O fundamento para tal crítica – dado que a raiz, para o homem, é o próprio homem – é a individualidade atual, da qual se parte para atingir uma crítica revolucionária “que revoluciona os próprios indivíduos”<sup>69</sup>.

### Considerações finais

Já arrematamos conclusões e análises no processo mesmo de exposição do nosso objeto de pesquisa. Aqui, cabem apenas brevíssimas palavras, para arrematar o tema.

Como expusemos, a incansável dedicação à redescoberta de Marx, após os descaminhos e as desvirtuações sofridos pelo pensamento deste autor no dramático século XX, foi uma das tarefas a que Chasin se devotou, com especial atenção à recuperação do estatuto ontológico da obra marxiana. Em particular, envidou esforços para trazer a lume a ontonegatividade da política, descoberta exposta nas obras do teórico alemão desde 1843 – cujo entendimento é basilar para a compreensão das tarefas da revolução política e aquelas da revolução social, que vão mais além desta, rumo à emancipação humana. Dentre os temas que mais demandaram a atenção do pensador brasileiro, salienta-se ainda o esforço para compreender a sociabilidade atual, particularmente a brasileira, só alcançada com a adequada apreensão desta no interior da universalidade do capitalismo.

Na atuação de Chasin, não se tratou nunca de tarefas estanques, pelo contrário, elas sempre estiveram intrinsecamente relacionadas: baste dizer que o embasamento teórico em Marx possibilitou diversas conquistas na compreensão da entificação nacional, como esperamos ter deixado comprovado. A mútua potencialização entre as pesquisas sobre o período de formação do pensamento marxiano e a análise de situações concretas (o caso brasileiro) não é, aliás, exclusiva de Chasin, mas representa o percurso do próprio Marx. Afinal, este se encaminhou para seu pensamento próprio, não por acaso, pela crítica da política e da filosofia especulativa alemãs e pela discussão que esta fazia da política e do estado, do que lhe provieram fundamentos para que efetivasse a terceira crítica, aquela a que se dedicou até o fim da vida, a da economia política, isto é, da sociabilidade capitalista.

As pesquisas chasinianas sobre o Brasil, desta forma, evidenciam a importância das descobertas que ele realizava em outro campo fundamental de seus estudos: os

---

<sup>68</sup> *Ib.*

<sup>69</sup> CHASIN, Ad Hominem: rota e prospectiva..., *op. cit.*, p. 58.

lineamentos ontológicos marxianos, particularmente no que tange à politicidade. Era com base em tais achados que Chasin voltava os olhos à realidade nacional, não para ali “aplicar” as mesmas tematizações que Marx fizera em seu tempo e lugar, mas para nelas encontrar o elã adequado para a busca constante e incansável da especificidade dos caracteres da formação brasileira. Assim, ao tempo que avaliava em detalhes o Brasil (no mundo) de sua época, perscrutava também as análises marxianas acerca da questão da ontologia e da politicidade e inspirava-se nelas para pensar a realidade nacional, de forma a destacar dessemelhanças sem perder as ligações com o universal concreto de que esta era uma forma particularizada.

No tocante à politicidade, como mostrou Chasin, no mister de desvendar a origem, o caráter da política e as formas específicas que assume entre os atributos do homem em sociedade, Marx chegou a uma percepção que contradita a concepção *ontopositiva* da política, segundo a qual a politicidade é característico intrínseco ao ser social e seu distintivo, sua peculiaridade, a expressão máxima de sua racionalidade. Marx mostrou que a política é “*força social pervertida e usurpada*, socialmente ativada como estranhamento por debilidades e carências intrínsecas às formas sociais contraditórias, pois ainda insuficientemente desenvolvidas e, por consequência, incapazes de autorregulação puramente social”<sup>70</sup>, e a emancipação é a reintegração dessas forças sociais pela sociedade. Assim, o filósofo alemão criticava a política pela sua própria essência e suas *premissas*, ou seja, não pretendia uma perfectibilização da política e do estado, mas criticava ontologicamente a própria política.

No que diz respeito à formação social brasileira, Chasin pôde perceber que trilhou pela via colonial, que faceou no seu debate com o pensamento integralista. Ressalte-se que esta análise chasiniana é absolutamente inovadora e só possível a partir de dois fatores conjugados: a intimidade com as conquistas teóricas marxianas e a preocupação em apreender adequadamente os caracteres peculiares da entificação nacional. Um e outro elementos, de forma isolada, já poderiam resultar em análises substanciais, mas o brilhantismo que Chasin alcançou adveio justamente de sua capacidade de, valendo-se de Marx como um referencial basilar, captar a especificidade da realidade particular sobre a qual se debruçava – no que seguia também o modo de proceder marxiano.

Nos textos aqui trabalhados, mostramos que o autor em tela se esforçou por

---

<sup>70</sup> CHASIN, Marx: estatuto ontológico..., *op. cit.*, p. 58.

deslindar a politicidade na formação brasileira e a maneira específica pela qual o politicismo se incorporou à sociabilidade nacional, já que é elemento constitutivo central da forma de ser da burguesia atrofada e, ainda, porque esta conseguiu enredar no politicismo também os representantes político-ideológicos da classe representante da lógica do trabalho. O que está em pauta no procedimento politicista é a autonomização e hiperacentuação do “político” por meio de seu isolamento do conjunto social e, sobretudo, do âmbito econômico, o que gerou, no caso brasileiro àquela época, reivindicações de ordem puramente institucional em relação às franquias democráticas. Tal procedimento reducionista tem como consequência “a diluição, o desossamento do todo, a sua liquefação em propostas abstratamente situadas apenas no universo das regras institucionais. É a autonomização e prevalência politicológica do ‘político’ em detrimento da anatomia do social, isto é, do alicerce econômico”<sup>71</sup>.

É muito importante salientar, contra as muitas estripulias da imputação, que (des)entendem a crítica ao politicismo (e, mais amplamente, da politicidade), que não se trata, aqui, de qualquer sorte de loa ao abstencionismo político. Exemplifique-se com a questão das disputas eleitorais, acerca das quais foram escritos muitos dos textos chasinianos. Nestes, ele afixou e reiterou inúmeras vezes a importância de eleições. De acordo com ele, “qualquer processo eleitoral, excluídas situações excepcionais e falsas teorias – *é importante*”, eventualmente mais importante por possibilitar contato, esclarecimento e organização populares do que pelas escolhas possíveis – “De todo modo, *importante*”<sup>72</sup>. Tal relevância ganhava ares ainda mais significativos em face de determinadas circunstâncias, como o caráter de excepcionalidade das escolhas eleitorais para cargos executivos relevantes após a longa noite bonapartista. Nestes casos, o processo eleitoral poderia ser convertido em evento determinante no interior dos embates contra a ditadura.

Longe de ser uma recusa ou indiferença à participação política, a determinação ontonegativa da politicidade é, pois, a denúncia da corrupção íntima da política, de seu caráter contingente, sua irresolubilidade, sua estreiteza, seu voluntarismo. Por conseguinte, uma revolução radical toma o curso em direção ao social, essência do homem e de sua práxis, sua propriedade *par excellence*. A *revolução social* demanda uma prática metapolítica, medidas e projetos que avancem para além do político e

---

<sup>71</sup> *Ib.*

<sup>72</sup> CHASIN, ¿Hasta cuando?, *op. cit.*, p. 122.

transformem o próprio metabolismo social, construindo o próprio fim da política e da sociedade regida pelo capital que lhe é subjacente.

**Como citar:**

VAISMAN, Ester; ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. Da crítica ao politicismo à determinação ontonegativa da politicidade: a análise do caso brasileiro. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 28, n. 1, pp. 82-122, Edição Especial, 2022/2023.